



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

TERMO DE REFERÊNCIA

(Art. 6º, inciso XXIII, da Lei n.º 14.133/2021)

1. INTRODUÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo estabelecer as diretrizes e especificações técnicas para a contratação de serviços, aquisição de bens ou execução de obras, conforme a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021).

1.2. É o documento necessário para a contratação de bens e serviços que deve conter os parâmetros e elementos descritivos previamente estabelecidos em legislação pertinente, sendo documento constitutivo da fase preparatória da instrução do processo de licitação.

2. DO OBJETO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “a” e “i”)

2.1. A presente contratação visa à **Chamamento Público visando o credenciamento de leiloeiros oficiais para a realização de leilões com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar à alienação de bens móveis inservíveis e imóveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Borrazópolis – PR**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote 01 - (Participação de ampla concorrência)

Chamamento Público visando o credenciamento de leiloeiros oficiais para a realização de leilões com a finalidade de preparar, organizar, divulgar e intermediar à alienação de bens móveis inservíveis e imóveis de propriedade da Prefeitura Municipal de Borrazópolis – PR.

Item	Descrição	Unid.	Taxa de comissão a ser paga pelo arrematante sobre o valor do bem arrematado
01	Prestação de serviços de preparação, organização e condução de leilão público de bens moveis, bens imóveis de qualquer natureza, mercadorias, joias e	Taxa	5 %



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

	outros efeitos, pertencentes a Prefeitura Municipal de Borrazópolis, incluindo todos os atos necessários à organização do certame, disposição dos lotes, divulgação, visitação, realização do leilão, prestação de contas, e entrega dos bens, por meio de licitação na modalidade de leilão público.		
--	---	--	--

2.2. Nos percentuais acima estão compreendidos, além do lucro, encargos, tributos, todas e quaisquer despesas de responsabilidade da empresa direta ou indiretamente.

2.3. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, dada a natureza geral de seu objeto, uma vez que traz padrões de desempenho e qualidade objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

2.4. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme o Decreto Municipal n.º 26/2025.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (Art. 6º, inciso XXIII, “b”)

3.1. A Fundamentação da Contratação e seus quantitativos encontram-se pormenorizada em Tópico específico do Documento de Formação de Demanda – DFD e no Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 6º, inciso XXIII, alínea “c”)

4.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

Dos elementos/serviços que compõem o objeto:

Do ciclo de vida do objeto

4.3. O ciclo de vida do objeto no âmbito do Chamamento Público para credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais compreende o conjunto de etapas que se inicia com a identificação da necessidade de alienação de bens pela Administração e se estende até a conclusão dos leilões e a devida prestação de contas por parte dos profissionais credenciados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.4. Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a Administração Pública deve considerar, sempre que possível, os impactos relacionados ao ciclo de vida do objeto contratado, avaliando não apenas o custo inicial da contratação, mas também os aspectos operacionais, qualitativos, financeiros e administrativos envolvidos ao longo de toda a execução contratual.

4.5. Assim, a análise do ciclo de vida do objeto visa assegurar que a solução adotada seja sustentável sob os aspectos técnico, operacional e administrativo, garantindo a adequada execução dos procedimentos de leilão destinados à alienação de bens móveis inservíveis e imóveis desafetados durante todo o período de vigência dos credenciamentos.

4.6. Planejamento da Contratação

a) A fase de planejamento compreende a identificação da necessidade administrativa, o levantamento da demanda reprimida e projetada, a definição dos perfis profissionais requeridos, a estimativa de quantitativos e a verificação da disponibilidade orçamentária.

b) Nesta etapa, são estabelecidos os requisitos de habilitação técnica e jurídica das pessoas jurídicas interessadas, os critérios de remuneração, a forma de execução dos serviços, a carga horária estimada e os mecanismos de controle e fiscalização. O adequado planejamento reduz riscos de descontinuidade, falhas na execução e insuficiência de cobertura assistencial.

4.7. Credenciamento e Formalização Contratual

a) Após a abertura do procedimento de credenciamento, ocorre a habilitação das pessoas jurídicas que atendam às exigências estabelecidas, possibilitando a formação de um banco de leiloeiros aptos à execução dos serviços.

b) A formalização contratual estabelece direitos e obrigações das partes, prazos de vigência, regras de pagamento, responsabilidades técnicas e administrativas, além de cláusulas relativas à fiscalização, penalidades e hipóteses de rescisão.

4.8. Execução dos Serviços

a) A fase de execução constitui o núcleo do ciclo de vida do objeto, compreendendo a efetiva realização dos leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis e imóveis desafetados, conforme designação da Administração.

b) Durante essa etapa, o Leiloeiro Público Oficial deverá atuar em conformidade com a legislação vigente, normas aplicáveis e diretrizes estabelecidas pela Prefeitura Municipal de Borrazópolis, assegurando a adequada organização dos lotes, ampla divulgação dos certames, condução transparente das sessões de leilão e correta formalização das arrematações, garantindo eficiência, competitividade e segurança jurídica em todo o processo.

4.9. Fiscalização e Monitoramento



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

a) A Administração deverá designar fiscal ou comissão responsável pelo acompanhamento da execução dos serviços, realizando o controle e a verificação de todas as etapas dos leilões, incluindo a análise dos relatórios apresentados pelo Leiloeiro Público Oficial, conferência da documentação, acompanhamento dos atos praticados e avaliação dos resultados obtidos.

b) O monitoramento contínuo possibilita a identificação tempestiva de eventuais inconformidades, permitindo a adoção de medidas corretivas, aplicação de sanções quando cabíveis e realização de ajustes necessários, de modo a assegurar a transparência, a legalidade, a eficiência e a regularidade dos procedimentos de alienação de bens públicos.

4.10. Avaliação de Desempenho e Ajustes

a) Ao longo da vigência do credenciamento, poderá ser realizada avaliação periódica de desempenho dos Leiloeiros Públicos Oficiais, com base em critérios objetivos, tais como eficiência na condução dos leilões, cumprimento dos prazos estabelecidos, qualidade da divulgação, regularidade na prestação de contas e alcance dos resultados obtidos nos certames.

b) Essa etapa permite o aprimoramento contínuo da gestão do credenciamento, possibilitando a adoção de medidas corretivas, ajustes operacionais e, quando necessário, a inclusão de novos credenciados ou a revisão das condições estabelecidas, de acordo com a variação da demanda e o interesse da Administração Pública.

4.11. Encerramento Contratual

a) O ciclo de vida do objeto encerra-se com o término da vigência do credenciamento, eventual rescisão ou substituição do Leiloeiro Público Oficial. Nessa fase, deverá ser verificado o cumprimento integral das obrigações assumidas, a regularidade da prestação de contas, a quitação de eventuais pendências e a conformidade documental de todos os atos praticados no âmbito dos leilões realizados.

4.12. A análise do ciclo de vida do objeto demonstra que a solução adotada — credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais — apresenta plena compatibilidade com a natureza dinâmica e eventual dos serviços de leiloeira pública, permitindo maior flexibilidade operacional, ampliação da capacidade de realização de leilões e adequada gestão administrativa ao longo de todas as fases do processo de alienação de bens públicos.

4.13. Verifica-se que todas as etapas — planejamento da alienação dos bens, credenciamento dos Leiloeiros Públicos Oficiais, convocação por edital complementar, execução dos leilões, fiscalização, avaliação de desempenho e encerramento — podem ser estruturadas de forma a assegurar controle administrativo eficiente, mitigação de riscos operacionais e garantia da qualidade e regularidade dos serviços prestados.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.14. O modelo de credenciamento permite maior flexibilidade na gestão dos serviços de leiloaria pública, possibilitando a ampliação ou adequação do número de Leiloeiros Públicos Oficiais conforme a variação da demanda por leilões, sem comprometer a continuidade dos procedimentos de alienação de bens públicos, especialmente em situações que demandem a realização de múltiplos certames ou maior agilidade na sua execução.

4.15. Dessa forma, conclui-se que o ciclo de vida do objeto encontra-se adequadamente estruturado, não havendo óbices técnicos ou administrativos à adoção do credenciamento como instrumento apto a garantir a prestação regular, eficiente e contínua dos serviços de leiloaria pública, assegurando a adequada condução dos procedimentos de alienação de bens móveis inservíveis e imóveis desafetados do Município.

4.16. Tal abordagem permite à Administração Pública planejar, acompanhar e avaliar cada etapa do processo, desde o credenciamento dos Leiloeiros Públicos Oficiais até a realização dos certames e a prestação de contas, assegurando a conformidade com a legislação vigente, a eficiência na condução dos leilões e a maximização dos resultados financeiros e institucionais.

4.17. No presente caso, esse ciclo envolve, inicialmente, o planejamento da alienação dos bens móveis inservíveis e imóveis desafetados, seguido da realização do credenciamento dos leiloeiros aptos à prestação dos serviços. Na sequência, ocorre a convocação dos credenciados, por meio de edital complementar, conforme a demanda administrativa e o critério de distribuição previamente estabelecido.

4.18. O ciclo de vida do objeto contratado abrange todas as etapas necessárias para que a prestação do serviço seja realizada de maneira eficiente, transparente e em conformidade com a legislação. No caso da contratação de Leiloeiro Público Oficial, pode-se detalhar as fases a seguir:

a) Organização e Divulgação

i. Elaboração do edital do leilão, contendo todas as regras, condições de participação, critérios de arrematação e formas de pagamento.

ii. Divulgação ampla do leilão em meios oficiais, portais eletrônicos e canais de comunicação acessíveis, garantindo transparência e publicidade.

iii. Preparação logística, incluindo organização dos espaços físicos e/ou plataformas virtuais para o leilão.

b) Execução do Leilão

i. Condução do ato de arrematação pelo Leiloeiro Oficial, com registro e controle de todos os lances.

ii. Garantia do cumprimento das normas legais e do edital, assegurando a lisura e a equidade do processo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

iii. Recebimento de pagamentos e formalização das arrematações, incluindo emissão de atas e recibos oficiais.

c) Pós-Leilão e Prestação de Contas

i. Entrega dos bens arrematados aos respectivos adquirentes, com regularização documental quando aplicável.

ii. Apresentação de relatório detalhado à Administração, incluindo valores arrecadados, comissões devidas e demais informações necessárias para fiscalização.

4.19. A adequada compreensão e gestão desse ciclo de vida são essenciais para garantir o planejamento eficiente, a execução regular e o acompanhamento efetivo dos serviços, assegurando transparência, controle, conformidade legal e a obtenção dos resultados esperados pela Prefeitura Municipal de Borrazópolis.

4.20. Dessa forma, o ciclo de vida do objeto garante que todas as etapas, desde a preparação até a finalização, sejam conduzidas de forma organizada, eficiente e transparente, resultando na maximização dos benefícios para o Município e na adequada gestão do patrimônio público.

4.21. Em síntese, o ciclo de vida do objeto contratado assegura que a prestação de serviços seja realizada de maneira completa, organizada e eficiente. Cada etapa, desde o planejamento e preparação, passando pela divulgação e execução do leilão, até o pós-leilão e prestação de contas, é essencial para garantir a transparência, a legalidade e a maximização dos resultados financeiros e administrativos. Dessa forma, o acompanhamento sistemático de todo o ciclo de vida do objeto contribui para a adequada gestão do patrimônio público e para o atendimento pleno do interesse da Prefeitura Municipal de Borrazópolis e da coletividade.

Da garantia de qualidade do objeto

4.22. O presente tópico tem por finalidade estabelecer as diretrizes voltadas à garantia da qualidade dos serviços a serem prestados por meio do credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais, assegurando que a execução dos leilões observe padrões técnicos, legais e operacionais compatíveis com a natureza dos procedimentos de alienação de bens públicos.

4.23. Considerando que o objeto envolve a realização de leilões públicos destinados à alienação de bens móveis inservíveis e imóveis desafetados, torna-se imprescindível a adoção de mecanismos formais de controle e acompanhamento da qualidade, de modo a garantir transparência, eficiência, ampla competitividade, segurança jurídica e conformidade com a legislação e normas aplicáveis.

4.24. A garantia da qualidade dos serviços decorrentes do credenciamento deverá ser assegurada por meio de mecanismos destinados a assegurar que todas as etapas do leilão sejam conduzidas de forma eficiente, transparente e em conformidade com a legislação vigente. Entre os principais aspectos a serem observados, destacam-se:



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

- a) **Habilitação e Qualificação do Prestador**
 - i. Seleção de profissional legalmente habilitado e credenciado, com experiência comprovada na condução de leilões públicos.
 - ii. Verificação de certificados, registros e demais documentos que atestem a capacidade técnica do leiloeiro.
 - b) **Planejamento e Organização dos Serviços**
 - i. Preparação do edital, garantindo que todas as regras, prazos e condições de participação estejam claros e acessíveis.
 - c) **Execução Transparente e Segura**
 - i. Condução do leilão de forma imparcial, com registro completo de todos os lances e acompanhamento da participação dos interessados.
 - ii. Utilização de infraestrutura física e/ou tecnológica adequada, assegurando a confiabilidade do processo e a proteção das informações.
 - d) **Prestação de Contas e Relatórios**
 - i. Emissão de atas, recibos e demais documentos que formalizem as arrematações.
 - ii. Entrega de relatórios detalhados à Administração, contendo resultados obtidos, comissões cobradas e análise de eventuais ocorrências, permitindo fiscalização e auditoria.
 - e) **Mecanismos de Monitoramento e Controle**
 - i. Acompanhamento contínuo da execução pelo setor responsável da Prefeitura, garantindo conformidade com o edital e com os critérios legais.
 - ii. Estabelecimento de parâmetros de avaliação da qualidade, incluindo cumprimento de prazos, integridade dos registros e satisfação da Administração quanto aos serviços prestados.
- 4.25. Dessa forma, a garantia de qualidade assegura que a contratação não apenas atenda aos requisitos legais, mas também promova resultados consistentes, confiáveis e vantajosos para a Prefeitura Municipal de Borrazópolis e para a sociedade.
- 4.26. Portanto, a garantia de qualidade na execução dos serviços prestados é essencial para assegurar que todas as etapas do leilão público ocorram de maneira eficiente, transparente e em conformidade com a legislação vigente. A adoção de critérios claros de habilitação, planejamento, execução, monitoramento e prestação de contas proporciona segurança jurídica, confiabilidade do processo e maximização dos resultados para a Administração. Dessa forma, a garantia de qualidade fortalece a gestão do patrimônio público, protege o interesse público e contribui para a excelência na prestação dos serviços à Prefeitura Municipal de Borrazópolis e à sociedade.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Da Padronização dos serviços que integram o objeto

4.27. Os serviços não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.

4.28. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.

Da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD

4.29. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

4.30. Na execução do objeto devem ser observados pela CREDENCIADA os ditames da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, notadamente os relativos às medidas de segurança e controle para proteção dos dados pessoais a que tiver acesso mercê da relação jurídica estabelecida, mediante adoção de boas práticas e de mecanismos eficazes que evitem acessos não autorizados, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito de dados.

4.31. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

4.32. O tratamento desses dados pelo setor público prescinde de consentimento do titular (art. 7º, III), inclusive para eventual compartilhamento (art. 26, § 1º, IV, c/c art. 27, III), e a sua utilização ficará limitada às atividades decorrentes da execução contratual na forma deste instrumento, bem como de obrigações legais, sob pena de incidência das sanções legais e das previstas neste instrumento, além da responsabilização administrativa, civil e criminal, observado o devido processo que assegure a ampla defesa e o contraditório.

4.33. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

4.34. A CREDENCIADA obriga-se a dar conhecimento formal a seus prepostos, empregados ou colaboradores das disposições relacionadas à proteção de dados e a informações sigilosas, na forma da Lei 13.709/2018 (LGPD), em razão do vínculo mantido, na hipótese de dano patrimonial, moral, individual ou coletivo decorrente de violação à legislação de proteção de dados pessoais ou de indevido acesso a informações sigilosas ou transmissão destas por qualquer meio, a responsabilização dar-se-á na forma dessas legislações.

4.35. Os prestadores de serviços devem assinar termo de compromisso de confidencialidade e manutenção de sigilo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

4.36. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CREDENCIADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

4.37. A CREDENCIANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CREDENCIADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados, prestando, no prazo fixado pela CREDENCIANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

4.38. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

Da Padronização dos serviços que integram o objeto

4.39. Os serviços não compreendem o catálogo de Padronização inseridos na Portaria SEGES n.º 938/2022.

4.40. Conforme estabelece o inciso II do art. 19 da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, este item poderá ser adotado conforme descrição apresentada.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, alínea ‘d’ da Lei n.º 14.133/21)

5.1. Dos critérios de sustentabilidade

Práticas para reduzir os impactos ambientais

- i. Reutilização de resíduos vegetal e animal;
- ii. Aumentar a eficiência do uso da água;
- iii. Combate ao desmatamento;
- iv. Aumento da biodiversidade;
- v. Uso de energias de fontes renováveis.

5.2. O retorno dos investimentos em atividades sustentáveis não é perceptível no curto prazo. E, a cada ano, é necessário estabelecer novas metas e mostrar a evolução das suas práticas. O mais importante é que o comprometimento dessas práticas se inicie na liderança da organização. Nesse sentido, proprietários/sócios precisam assumir um compromisso de



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

longo prazo com ações sustentáveis, mesmo que isso implique em maiores custos no curto prazo. E, a partir da liderança, é necessário o alinhamento/engajamento de todas as metas com as equipes internas e externas. Nenhuma empresa sozinha vai conseguir por mérito próprio erradicar completamente todas as questões ambientais e sociais que o seu negócio impacta. A parceria externa é fundamental.

Da Subcontratação

5.3. Não será admitida a subcontratação do objeto.

Do Parcelamento

5.4. Considerando a natureza do objeto — credenciamento de Leiloeiros Públicos Oficiais — e a ausência de competição excludente típica das licitações tradicionais, revela-se juridicamente adequada a adoção de solução que possibilite o parcelamento da execução dos serviços, com vistas à otimização da gestão, ampliação da participação e observância dos princípios da isonomia e da impessoalidade.

5.5. O parcelamento, no presente caso, não se refere à divisão do objeto em lotes para fins de disputa, mas sim à distribuição da demanda ao longo do tempo entre os leiloeiros devidamente credenciados, conforme a necessidade da Administração. Tal sistemática permite que cada leilão a ser realizado constitua uma unidade autônoma de execução, possibilitando a designação de diferentes profissionais para sua condução, sem prejuízo da padronização dos procedimentos.

5.6. Para tanto, a Administração poderá editar instrumento complementar — a exemplo de edital específico ou ato convocatório — sempre que houver a necessidade de realização de leilão, estabelecendo as condições particulares do certame, tais como descrição dos bens, cronograma, requisitos operacionais e demais especificidades pertinentes.

5.7. No que se refere ao critério de distribuição da demanda entre os credenciados, adota-se mecanismo objetivo, impessoal e transparente, consistente na realização de sorteio entre os leiloeiros habilitados, devidamente registrados e aptos no momento da convocação. Tal procedimento assegura igualdade de condições entre os participantes, afasta qualquer discricionariedade indevida na escolha do profissional e atende aos princípios da isonomia, moralidade administrativa e impessoalidade.

Do orçamento Sigiloso

5.8. Não será adotado o orçamento sigiloso.

Da exigência de amostra



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

5.9. Não há necessidade de apresentação de amostra.

Garantia da contratação

5.10. Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

6. EXECUÇÃO CONTRATUAL (arts. 6º, XXIII, alínea “e” da Lei n. 14.133/2021)

Especificações Gerais

6.1. A CREDENCIADA atuará nos leilões promovidos pela CREDENCIANTE, de acordo com a Lei n.º 14.133/2021 e com o Decreto n.º 21.981/1932, no período de vigência do credenciamento, devendo-se observar, para a execução do objeto, sem prejuízo das obrigações da CREDENCIANTE e CREDENCIADA descritas.

6.2. A CREDENCIADA deverá elaborar a minuta do edital do leilão, contemplando todas as informações necessárias à adequada publicidade e condução do certame, e submetê-la à apreciação e aprovação da Comissão competente, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da conclusão da avaliação dos bens a serem alienados.

6.3. Após a devida aprovação pela Comissão, caberá à CREDENCIADA promover a publicação do edital do leilão no prazo máximo de até 5 (cinco) dias úteis, observando-se os meios e veículos de divulgação exigidos pela legislação aplicável e pelo instrumento convocatório, de modo a assegurar a ampla publicidade, transparência e competitividade do certame.

6.4. Os Leilões deverão ser realizados em plataforma virtual utilizada pela CREDENCIADA, cuja utilização deve ser gratuita, ficando impedida a cobrança de qualquer valor a título de inscrição e/ou utilização.

6.5. A CREDENCIADA deverá dispor de sistema informatizado para controle das atividades inerentes à venda dos bens, bem como fornecer relatórios gerenciais em cada fase do processo (a exemplo de cadastramento de bens, administração/realização do Leilão oficial, relatório específico dos leilões, prestação de contas sobre a venda do bem, dentre outros).

6.6. As despesas com a realização dos trabalhos correrão única e exclusivamente por conta do Leiloeiro, que será o responsável pelo recolhimento de impostos, taxas, contribuições à previdência Social, encargos trabalhistas, prêmios de seguro, emolumentos e demais despesas que se façam necessárias à execução dos serviços contratados, conforme a legislação vigente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.7. A CREDENCIADA deverá disponibilizar equipe técnica qualificada, devidamente registrada, para a prestação dos serviços, bem como materiais e equipamentos necessários à execução das atividades relativas à contratação.

6.8. A disponibilização de bens para leilão ocorrerá segundo conveniência da Administração na medida em que os itens de patrimônio forem classificados como inservíveis, na forma da lei através de edital complementar de distribuição de demanda.

6.9. A CREDENCIADA terá a responsabilidade de elaborar o Aviso do Leilão, distribuir os Catálogos Oficiais, realizar medidas para divulgar a realização dos leilões (panfletagem, faixas, cartazes, banners, etc.), disponibilizar informações sobre os leilões na internet, possibilitando a visualização e características dos respectivos lotes, enfim, fazer o que for necessário para a divulgação do evento.

6.10. Disponibilização de catálogos pertinentes ao Leilão, os quais deverão estar disponíveis no site do Leiloeiro oficial no mínimo em 15 (quinze) dias que antecedem o certame, bem como fornecidos à Administração para permitir a publicação nos meios oficiais desta, mediante a aprovação da Comissão quanto à sua formatação. A ausência de divulgação da descrição correta e restrições que recaiam sobre os bens são de inteira responsabilidade do Leiloeiro oficial.

6.11. A CREDENCIADA não poderá alegar desconhecimento das condições e grau de dificuldade existentes para a execução de serviço como justificativa para se eximir das obrigações assumidas ou em favor de eventuais pretensões de acréscimos de comissões em decorrência da execução do objeto do leilão.

6.12. Em todos os eventos, a CREDENCIADA deverá dispensar igual tratamento a todos os bens disponibilizados para a venda, tanto na divulgação (propaganda) como, principalmente, na tarefa de identificar possíveis interessados, independentemente do valor e da liquidez dos mesmos.

6.13. Os bens serão leiloados em lotes ou individuais, conforme descrição do Termo de Referência do Leilão. As propostas deverão ser relativas ao lote inteiro, ou ao item interessado, não sendo admitidas para compra de peças destacadas do mesmo.

6.14. Os bens poderão ser vendidos à vista ou parcelado, nas condições fixadas no regulamento do leilão, devendo ser observadas as condições para garantia e pagamento previstas no Edital.

6.15. Os lances deverão ser oferecidos diretamente no site oficial do Leiloeiro, não sendo admitidos lances realizados por e-mail, assim como qualquer outra forma de intervenção humana na coleta e no registro dos lances, a partir do valor de avaliação estabelecido, em PRIMEIRO LEILÃO, o qual servirá de base para o lance inicial. Em não havendo participantes, dar-se-á início imediatamente ao SEGUNDO LEILÃO, no qual serão aceitos lances a quem mais der, desprezado o valor da avaliação, não podendo ser por preço vil (50% do valor da avaliação).



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

6.16. As vendas serão efetuadas a quem **MAIOR LANCE** oferecer, não inferior ao preço mínimo estipulado.

6.17. O Leiloeiro deverá orientar o(s) Arrematante(s) quanto aos procedimentos referentes ao pagamento do bem arrematado, tais como prazos, forma de pagamento, caução etc.

6.18. Caberá ao Leiloeiro a execução das seguintes atividades, dentre outras que sejam relacionadas ao objeto:

- a) Realizar o Leilão em data a ser estabelecida em decisão posterior à assinatura do contrato, a ser estabelecida pela CREDENCIANTE;
- b) Planejar, em conjunto com o Município, todas as fases do leilão e executá-las em conformidade com este planejamento;
- c) Auxiliar a preparação, avaliação, organização e composição dos lotes conforme a melhor técnica;
- d) Auxiliar a elaborar a especificação técnica e sugerir preços mínimos dos bens para o arremate;
- e) Disponibilizar plataforma virtual que permita a realização de leilões virtuais pela rede mundial de computadores;
- f) A CREDENCIADA será responsável por manter a plataforma em pleno funcionamento, realizando todas as atualizações e manutenções necessárias para a continuidade e segurança do sistema durante o período do leilão;
- g) Caso ocorra qualquer problema técnico que comprometa a realização do leilão, a empresa deverá solucionar prontamente o incidente e, se necessário, realizar o reagendamento do evento em acordo com o município;
- h) A utilização de plataforma virtual deverá ser gratuita, ficando impedida a cobrança de qualquer valor a título de inscrição e/ou utilização;
- i) Conferir as informações e documentos recebidos, ainda que obtidas de repartições públicas ou de terceiros, efetuando todas as correções aplicáveis, sob sua inteira responsabilidade, na forma da lei;
- j) Conduzir as atividades necessárias à realização do leilão, assim como verificar e aprovar previamente o edital, especificações de bens a leiloar, cartas de adjudicação e demais documentos e formulários que devam ser empregados nos procedimentos de leilões;
- k) Administrar e custear todos os assistentes, auxiliares e outros recursos humanos cuja atuação seja necessária à boa condução dos procedimentos de leilões, assim como elaborar, assinar e apresentar a Prefeitura, ao final do leilão, as atas, relatórios, demonstrativos e todos os demais documentos necessários à perfeita e regular conclusão do procedimento de leilões que presidir;



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

l) Proceder à inutilização dos chassis, de plaquetas e das placas de identificação dos lotes leiloados, nos casos dos veículos sem condições de segurança para trafegar em via aberta ao público, ou seja, classificados como sucata.

6.19. Para a perfeita execução dos leilões, a CREDENCIADA deverá disponibilizar todos os materiais, ferramentas, equipamentos e sistema (hardware e software), e utensílios necessários, nas quantidades suficientes e realizar o leilão eletrônico conforme disposto na Instrução Normativa n.º 52/2022.

6.20. O documento gerado por ocasião da vistoria dos bens, retratando as condições e dados identificadores do ativo deverá compor cadastro que deve ser alimentado pela CREDENCIADA e disponibilizado sempre que solicitado pelo CREDENCIANTE.

6.21. O Leiloeiro deverá dar suporte técnico e operacional às atividades necessárias que sucedem à realização da hasta pública, desde a preparação processual até a baixa dos débitos e diligenciamento junto aos órgãos de trânsito competentes ou cartórios, conforme o caso.

6.22. Para entrega ao arrematante deverá ser efetuada nova vistoria e emissão de termo de entrega.

6.23. Das condições para alienação e entrega dos bens:

a) Os bens serão vendidos no estado de conservação em que se encontram, não sendo, de responsabilidade do Leiloeiro ou da Prefeitura efetuar quaisquer consertos, reparos, desmonte ou mesmo providências com a retirada ou transporte do material arrematado.

b) Os bens do leilão, serão vendidos e entregues nas condições físicas e de funcionamento em que se encontram, devendo os interessados examiná-los previamente, ficando desde já estabelecido que não caberá ao Leiloeiro Oficial, ou à Prefeitura, qualquer responsabilidade ou ônus por avarias ou defeitos eventualmente verificados. Uma vez retirado o bem da posse da Prefeitura, não serão aceitas devoluções, reembolsos, trocas e/ou compensações, de qualquer natureza.

c) Os bens serão leiloados no estado em que se encontram, não cabendo à CREDENCIANTE, qualquer responsabilidade sobre os vícios redibitórios e sobre os vícios aparentes ou de fácil constatação, ou quanto a qualquer outro defeito

d) Igualmente será encargo do adquirente todas as despesas com o transporte, a retirada, ônus ou quaisquer espécies de tributos, com exceção débitos de multas e DPVAT dos veículos leiloados.

e) Os arrematantes terão o prazo de 02 (dois) dias úteis, a contar do leilão ou da efetiva disposição do crédito em favor da Prefeitura, para a retirada do(s) bem(s) arrematados, findo o qual fica a Comissão Especial de Leilão liberada para adotar as medidas que julgar conveniente.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

f) A liberação dos bens arrematados somente ocorrerá após a efetiva disposição do crédito na conta da Prefeitura, quando então se dará por concretizar a arrematação e, dessa forma, apto o

g) arrematante a receber o(s) respectivo(s) bem(s) e toda documentação pertinente quando houver, que será entregue mediante a assinatura de um “Termo de Recebimento”.

6.24. Da entrega e retirada dos bens:

a) A ocorrência de força maior ou caso fortuito entre a data de realização do leilão e da retirada do bem, que impeça sua entrega, resolve a obrigação mediante a restituição do valor pago.

b) Não serão aceitas reclamações posteriores à arrematação, nem devoluções, pedidos de restituição de quantias ou abatimento de preços, quaisquer que sejam os motivos alegados. Ao efetuar o arremate dos lotes, o arrematante declara estar ciente do estado de conservação do bem arrematado.

c) No ato do carregamento, o comprador deverá trazer todos os equipamentos de proteção e segurança necessários. O transporte do bem arrematado, assim como as despesas com retirada, carregamento, frete, seguro etc., correrão por ordem, risco e conta do Arrematante.

d) Os bens arrematados deverão ser retirados pelos respectivos arrematantes, no local em que foram vistoriados, desde que não haja qualquer impedimento e mediante apresentação do comprovante de quitação do valor do lance, apresentação do documento de identidade e procuração específica, se for o caso.

e) A remoção dos bens arrematados deverá ser efetuada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data de liberação. Findo o prazo, sob pena de configurar abandono dos bens, sem que caiba qualquer indenização ou restituição de qualquer valor em favor do Arrematante.

6.25. O Leiloeiro Oficial deverá emitir relatório de arrematação em até 5 (cinco) dias úteis após o Leilão.

6.26. Prestação de contas através de Relatório Final, contendo “Demonstrativo Financeiro” de comprovantes de pagamentos (Notas Fiscais) correspondentes, dentro do prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis a contar da data de realização do Leilão.

6.27. Destaca-se que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) entende que a atividade de Leiloeiro pressupõe a existência de risco do negócio e a comissão será devida somente quando houver arrematante e é o arrematante quem deve efetuar o seu pagamento.

6.28. O Leiloeiro contratado deverá observar e realizar todos os procedimentos do leilão, seguindo, além do disposto neste Termo de Referência, as disposições previstas na Instrução Normativa n.º 52/2022, do Departamento Nacional de Registro Empresarial e Integração (DREI), no que for aplicável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

Das Alterações

6.29. Eventuais alterações reger-se-ão pelas regras do CAPÍTULO VII - DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS do TÍTULO III - DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, da Lei n.º 14.133, de 2021.

7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO (art. 6º, XXIII, alínea “f” da Lei n.º 14.133/21)

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostilamento.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a CREDENCIADA devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

7.5. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa CREDENCIADA para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da CREDENCIADA, quando houver, e do método de aferição dos resultados, dentre outros.

Da Fiscalização

7.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, *caput*).

Fiscalização Técnica

7.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

7.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei n.º 14.133, de 2021, art. 117, §1º).

7.9. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

7.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

7.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

7.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

7.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da CREDENCIADA, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário

7.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

Gestor do Contrato

7.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

7.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

7.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da CREDENCIADA, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

7.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

7.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei n.º 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

7.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

7.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO (art. 6º, XXIII, alínea “g” da Lei n.º 14.133/21)

Do Recebimento

8.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, mediante termo detalhado, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) e Termo de Recebimento assinado pelas partes, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, no prazo de 03 (três) dias.

8.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 03 (três) dias, a contar da notificação da CREDENCIADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação dos serviços e consequente aceitação mediante termo detalhado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

8.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei n.º 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Do pagamento

8.8. Os honorários do Leiloeiro serão em percentual sobre o valor da arrematação e o seu pagamento se dará pelo próprio arrematante no momento, logo após a confirmação de vencedor do lote, conforme percentual declarado vencedor no certame, calculada sobre o valor de venda de cada bem, negociado em Leilão, cobrada, sem a interveniência do Município, pelo próprio Leiloeiro, diretamente dos respectivos arrematantes dos bens.

8.9. Não será devido ao Leiloeiro oficial nenhum outro pagamento além da taxa de comissão definida (5%).

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR (art. 6º, XXIII, alínea “h” da Lei n.º 14.133/21)

Da modalidade e critério de julgamento

9.1. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de AUXILIAR LICITAÇÃO, na modalidade CREDENCIAMENTO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de distribuição de demanda através de SORTEIO.

Exigências de habilitação



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.2. Os requisitos de qualificação e habilitação serão previstos no edital, detalhando as regras que serão aplicadas em conformidade com Lei n.º 14.133, de 2021, devendo ser exigidos os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica (Art. 66, Lei 14.133/21);

Habilitação Técnica (Art. 67, Lei 14.133/21);

Habilitação fiscal, social e trabalhista (Art. 68, Lei 14.133/21);

Habilitação Econômico-Financeira (Art. 69, Lei 14.133/21);

Declarações e outros documentos necessários.

Requisitos contratuais

9.3. Previamente à celebração do contrato a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

- a) SICAF ou certidões fiscais;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis); e
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

9.4. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.5. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.6. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.



PREFEITURA MUNICIPAL DE BORRAZÓPOLIS

ESTADO DO PARANÁ

Município criado pela Lei Estadual nº 790 de 11 de novembro de 1951

CNPJ: 75.740.829/0001-20

9.8. É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 6º, XXIII, alínea “j” da Lei n.º 14.133/21)

10.1. Dispensa-se a exigência de prévia indicação de dotação orçamentária para a presente contratação, tendo em vista que não haverá qualquer desembolso financeiro por parte da Administração Pública em favor dos credenciados.

10.2. A remuneração do Leiloeiro Público Oficial dar-se-á exclusivamente por meio de comissão a ser paga pelo arrematante dos bens leiloados, nos termos da legislação de regência, não gerando, portanto, ônus direto ao erário municipal.

10.3. Dessa forma, a inexistência de obrigação financeira por parte do Município afasta a necessidade de previsão orçamentária específica, não se aplicando, ao caso, as disposições relativas à reserva de dotação previstas na legislação pertinente.

11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O edital, o Termo de Credenciamento ou outro instrumento hábil que o substitua oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à contratação.

Borrazópolis/PR, 19 de março de 2026.

Josiane Aparecida dos Santos

Secretária Municipal de Administração e Finanças